

**O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO IMPÉRIO BRASILEIRO: a
Independência do Brasil e o olhar da escola básica para além da data
de 22 de setembro**

**THE PROCESS OF BUILDING THE BRAZILIAN EMPIRE: the Independence
of Brazil and the look of the basic school beyond the date of september 22**

**EL PROCESO DE CONSTRUCCIÓN DEL IMPERIO BRASILEÑO: la
Independencia de Brasil y la mirada de la escuela básica más allá de la fecha del 22
de septiembre**

Sandra Regina Rodrigues dos Santos

Doutora em Políticas Públicas de Educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professora Associada I da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.
sandramoicana@yahoo.com.br / <http://orcid.org/0000-0001-9590-8334>

Maria Francisca da Silva

Doutora em Letras Neolatinas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Professora do Centro de Ciências de São Bernardo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
mf.silva@ufma.br / <http://orcid.org/0000-0002-0748-9924>

Recebido: 24/05/2023; Aceito: 29/08/2023; Publicado: 30/12/2023.

RESUMO

Considerando a relevância de discussões e produções no contexto do ensino sobre a Independência, objetivamos divulgar e analisar todas as ações que foram desenvolvidas nas várias etapas do Concurso sobre a temática, sob a responsabilidade da Academia Vitoriense: Instituto de Literatura, História, Geografia, Artes e Ciência (AV). Considerando o mote sobre a Independência, como os alunos/as da Educação Básica se posicionam em textos em prosa e em versos, aliando passado e presente? Partimos do pressuposto de que ações promovidas pela AV possibilitam um trabalho integrado com a escola básica, que possui uma perspectiva progressista de ensino. O quadro teórico versa sobre aspectos tanto da História quanto da Análise de Gêneros Discursivos e dos fatos históricos relatados. Os recortes de análises são três produções do gênero poesia e excertos de prosas de três dos trabalhos escritos nesta modalidade. O processo de educação crítica é necessário e ações efetivas e trabalho integrados das instituições que salvaguardam esses princípios os resultados são efetivos e de relevância para a comunidade, neste caso, vitoriense.

Palavras-chave: Academia Vitoriense; Concurso de Prosa e Poesia; Bicentenário da Independência; Educação Progressista; Leitura e Escrita.

ABSTRACT

Considering the relevance of discussions and productions in the context of teaching about Independence, we aim to disseminate and analyze all the actions that were developed in the various stages of the competition, under the responsibility of the Vitoriense Academy: Institute of Literature, History, Geography, Arts and Science (AV). Considering the motto about Independence as students/ students of Basic Education are positioned in texts in prose and verses, combining past and present? We assume that actions like this one of AV enable an integrated work with the basic school, which has a progressive teaching perspective. The theoretical framework deals with

aspects of both History and Analysis of Discursive Genres. The analysis cuts are three productions of the poetry genre and excerpts of prose from three of the works written in this modality. The process of critical education is necessary and effective actions and integrated work of institutions that safeguard these principles the results are effective and relevant to the community, in this case, victorious.

Keywords: Vitoriense Academy; Prose and Poetry Competition; Bicentenary of Independence; Progressive Education; Reading and Writing.

RESUMEN

Considerando la importancia de las discusiones y producciones en el contexto de la enseñanza sobre la Independencia, Nuestro objetivo era difundir y analizar todas las acciones que se han desarrollado en las diversas etapas del Concurso, bajo la responsabilidad de la Academia Vitoriense: Instituto de Literatura, Historia, geografía, arte y ciencia. ¿Considerando el lema sobre la Independencia cómo los alumnos/as de la Educación Básica se posicionan en textos en prosa y en versos, aliando pasado y presente? Partimos del supuesto de que acciones como esta de AV posibilitan un trabajo integrado con la escuela básica, que tiene una perspectiva progresista de enseñanza. El cuadro teórico versa sobre aspectos tanto de la Historia como del Análisis de Géneros Discursivos. Los recortes de análisis son tres producciones del género poesía y extractos de prosas de tres de los trabajos escritos en esta modalidad. El proceso de educación crítica es necesario y acciones efectivas y trabajo integrado de las instituciones que salvaguardan estos principios los resultados son efectivos y de relevancia para la comunidad, en este caso victoriana.

Palabras clave: Academia Victoriana; Concurso de Prosa y Poesía; Bicentenario de la Independencia; Educación Progresista; Lectura y Escritura.

INTRODUÇÃO

Neste ano, comemoramos no Brasil os 200 anos deste grande acontecimento histórico que nos separou do domínio português. As efemérides alusivas aos dois séculos da independência se fizeram acontecer em todo país, envolvendo várias instituições, com destaque para as Universidades, as academias e as escolas de Educação Básica, além de outros espaços. Ao tratarmos sobre as comemorações nas escolas ligadas ao fato ocorrido em 7 de setembro de 1822, faz-se necessário alinhá-lo ao processo de construção do Império brasileiro, pois a consolidação deste acontecimento de 22 está para além da data em que D. Pedro deu o histórico grito de independência.

Ressalta-se que o papel da Instituição Escolar, como responsável pela formação dos estudantes, precisaria instigar os professores a desenvolverem este processo de forma crítica e questionadora, para que de fato o ensino ministrado por eles seja essencial e propiciador de uma aprendizagem significativa para os estudantes sobre alguns acontecimentos históricos. Como exemplo, destacamos nesse contexto a construção do Império do Brasil, acontecimento que está além dos episódios imediatos do 7 de setembro de 1822, cabendo aos estudantes, apoiado pelos docentes, buscarem os fundamentos desse processo, construindo argumentos que não se reduzam a um amontoado de conteúdos e

datas, mas os façam olharem para as comemorações em torno dos acontecimentos ligados a esta data, como um fato que não se reduz ao grito do Ipiranga, como por muito tempo se veiculou via materiais didáticos trabalhados nas escolas.

Nessa perspectiva, a reforma curricular propugnada pela Base Nacional Comum Curricular - BNCC (2018) e os Documentos Curriculares do Território Maranhense - DCTMA (2019), ao enfatizarem o protagonismo dos estudantes no seu processo de aprendizagem, para nós, professores de História, significa que o ensino que desenvolvemos precisaria ajudar os discentes a se situar no tempo, na perspectiva apontada por Rusen (2007), conforme expresso pelo DCTMA (2019):

[...] a desenvolverem uma autoconsciência que os situe no tempo ao lhes permitir compreender melhor seu presente e, assim, orientar seus projetos de futuro. Adquirir dados sobre determinados temas não é o mesmo que construir conhecimento, pois tais informações precisam ser criticadas, localizadas no tempo, no espaço e na sociedade, e reinterpretadas de maneira a fazer sentido para cada um. O que o estudante precisa é, portanto, apoderar-se ativamente de sua história, apropriando-se conscientemente dela – e, consequentemente, de si mesmo. Afinal, como entender a pobreza, a desigualdade, as restrições às liberdades e a violência sem refletir sobre como esses fenômenos que afetam todos os brasileiros se constituíram e se reproduziram ao longo do tempo? (RUSEN, 2007, p.100-120 apud MARANHÃO, 2019, p. 438).

Tendo clareza do papel que nos cabe como professoras e cidadãs brasileiras, participamos de alguns eventos que ocorreram nas comemorações do 7 de setembro, dentre os quais ressaltamos as comemorações que foram organizadas no Município de Vitória do Mearim, pela Academia Vitoriense (AV), sob a direção do seu atual Presidente Washington Cantanhêde¹. Esta Academia organizou um evento comemorativo, um Concurso de Prosa e Poesia, alusivo ao 7 de setembro de 1822, envolvendo estudantes do oitavo e nono ano de escolas da rede municipal e privada, cabendo-me a responsabilidade da coordenação do seu processo, com a colaboração de duas professoras e membros da academia, além do seu tesoureiro e a secretária.

Considerando a repercussão que o evento teve junto ao contexto educacional e a sociedade vitoriense, decidimos que ele deveria alcançar um público maior, em torno da importância de eventos desta natureza. Daí o estímulo em escrever este artigo, objetivando divulgar e analisar todas as ações que foram desenvolvidas nas várias etapas do Concurso, sob a responsabilidade da Academia Vitoriense.

A AV foi instituída em janeiro dos anos 2000, juntamente com a cidade de Arari para congregar os intelectuais e interessados pela preservação da memória dos municípios.

¹ Presidente da Academia Vitoriense de Letras, advogado e defensor público do Estado do Maranhão, historiador por vocação e escritor de livros sobre Vitória do Mearim.

Atualmente, possui 25 (vinte e cinco) membros efetivos, que são eleitos via participação em edital próprio e seguindo os preceitos característicos de Academias de Letras. O intuito da AV é suscitar desde a Educação Básica o fomento pela Literatura, História, Geografia, Artes e Ciências, daí a necessidade de compor a academia por jovens que se apresentam como novos talentos locais. O mote para tal projeto foi a temática do Bicentenário, considerando o marco e a relevância dos fatos históricos, que envolve a própria história de Vitória do Mearim, por sua antiga existência. O tema independência e democracia foi discutido tanto pelos membros da AV, quanto nas reuniões com os gestores escolares para sensibilização sobre a importância do fato histórico e da participação dos alunos nas produções.

A análise das produções dos alunos sinaliza para um olhar crítico sobre o processo de ensino de História na Educação Básica, assim como do envolvimento dos alunos em produzirem saberes a partir de um esforço coletivo para dar ênfase à memória e criticidade do saber histórico estudado e a realidade vivida pelos alunos. Entendemos que tal atividade serviu para dar vida e memória às representações da história da independência no contexto escolar e sua articulação com a atualidade. O processo de avaliação das redações foram via edital próprio e três docentes de instituições como a Universidade Federal do Maranhão e Universidade Estadual do Maranhão, dando validade e lisura ao certame.

O artigo está organizado em três momentos que correspondem às etapas do Concurso: a iniciativa da Academia em promover um concurso em comemoração ao bicentenário da Independência do Brasil; a realização do concurso: A Independência do Brasil e a Democracia no País; A premiação com a outorga da diplomação de Jovem Acadêmico, na qual demonstra as ações da AV em promover um fortalecimento da identidade vitoriense diante de uma comemoração nacional.

A ACADEMIA E SUA PARTICIPAÇÃO NAS EFEMÉRIDES DO 7 DE SETEMBRO: Bicentenário da Independência do Brasil

Nesta etapa, recebemos os primeiros documentos que foram encaminhados pela diretoria, através de seu presidente, para darmos início ao processo do concurso e, por fim, aos textos que analisamos.

Figura 01 - Folder de divulgação da AV



Fonte: Academia Vitoriense, 2022.

Na imagem do folder de divulgação do certame, já se percebe a articulação da AV em mobilizar os envolvidos, gestores municipais e estaduais, assim como escolas privadas na participação das atividades referente ao Bicentenário.

A seguir, destacamos algumas partes do primeiro documento de criação do concurso, sendo importante para entendermos como a AV se posicionou diante do tema do Bicentenário e mobilizou o processo de escrita com relação às normas das redações e poemas.

TORNA PÚBLICAS, pelo Presidente da AV, ao final assinado, as normas gerais do Primeiro Concurso de Novos Talentos para Formação da Academia Vitoriense Jovem, na forma seguinte, respeitado todo o disposto no supracitado Regulamento.

I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. O Primeiro Concurso de Novos Talentos para Formação da Academia Vitoriense Jovem destina-se a iniciar a constituição do Círculo do Estudante do Ensino Fundamental da AV Jovem, visando à seleção de redações e poemas e à premiação dos seus respectivos autores com a outorga do título de membro da AV Jovem, procedendo-se com atenção ao seguinte:

- 1.1. Mote do Concurso: Bicentenário da Independência do Brasil em 2022;
- 1.2. Objeto do Concurso: seleção de novos talentos nas áreas de Literatura e História;
- 1.3. Tema do Concurso: *A Independência do Brasil e a Democracia no País: links entre esses dois valores nacionais*;
- 1.4. Número de vagas na AV Jovem a serem preenchidas com os vencedores dos trabalhos em prosa: cinco (5); e

1.5. Número de vagas na AV Jovem a serem preenchidas com os vencedores dos trabalhos em poesia: cinco (5).

2. O Concurso é voltado para os estudantes do Ensino Fundamental cursando o Oitavo Ano e o Nono Ano em qualquer parte do território do Município de Vitória do Mearim.

2.1. Celebraram parceria com a Diretoria da AV, para o fim de incentivar seus alunos a participarem do Concurso e de acompanhá-los e apoiá-los na disputa, o Secretário Municipal de Educação de Vitória do Mearim e seu staff, a Diretoria do Instituto Nossa Senhora de Nazaré e a Diretoria do Centro de Ensino Shalom.

3. O candidato aprovado para compor o Círculo do Estudante do Ensino Fundamental da AV Jovem, uma vez concluído o Ensino Fundamental e mantendo-se cursando o Ensino Médio, poderá permanecer na AV Jovem como integrante do Círculo do Estudante do Ensino Médio, até completar esse nível de escolaridade, e, prosseguindo em estudo universitário, poderá permanecer como integrante do Círculo do Estudante Universitário, não podendo, em qualquer caso, prosseguir além da idade de 24 (vinte e quatro) anos².

Este edital idealizado e elaborado pela presidência da AV é um documento que, em nossa compreensão, contempla todas as informações necessárias às proposições do certame, de forma clara e objetiva. Para a concretização das etapas do certame, fez-se necessária a organização de um grupo que se colocasse à frente da coordenação do processo.

Segundo a presidência da AV, o concurso foi proposto para de fato dar lugar a novos talentos e a composição da Academia Vitoriense Jovem – AV Jovem. As expectativas eram que houvesse uma adesão expressiva tanto das escolas quanto dos professores e alunos em quererem fazer parte de tal processo de escrita e representatividade local. Os critérios considerados para a escolha da banca do certame foram ser professores de instituições superiores e que tivessem formação da área de linguagens ou História. Destacamos a adesão de diferentes membros da sociedade educacional vitoriense que acataram o projeto e refletiram sobre as premiações e a representação de se tornar um engajamento histórico na vida estudantil e de preservação da história local. Destacamos, ainda, a relevância dos objetivos e as funções sociais e políticas da AV, principalmente voltada para uma “formação da juventude”, possibilitando a inserção de uma formação cidadã e de cunho de preservação do patrimônio imaterial local, estadual e nacional.

A CRIAÇÃO DO GRUPO “ACADEMIA JOVEM”

Dentre os objetivos propostos pelo certame do concurso, destaca-se a busca por jovens que possam ser os novos talentos que formarão a Academia Vitoriense Jovem-AV

² Texto integral disponível em: <https://m.facebook.com/academiavitoriense>

Jovem. Com isso, a articulação do concurso visou descobrir e incentivar novos talentos nas áreas de Literatura, História, Geografia, Artes e Ciências de um modo geral entre a juventude de Vitória do Mearim. Este processo seletivo estabeleceu um diálogo e interação entre a AV e as escolas públicas municipais e escolas privadas do município, contando com a colaboração dos professores dessas escolas para estimular os estudantes a realizarem pesquisas sobre a História do Brasil.

Nesse sentido, os objetivos propostos a serem alcançados com o trâmite do certame foi estabelecer como uma das metas: “Propiciar à sociedade vitoriense a percepção dos novos valores culturais de sua juventude através de um conjunto de atividades educativas e culturais realizadas com intermediação das instituições do ensino fundamental atuantes no Município”³.

Este aspecto voltado para o público jovem dar-se em razão da necessidade de aproximar a realidade das produções eruditas com esta nova geração, com o intuito de compreender que se faz necessário dialogar com os conhecimentos apropriados por estes estudantes e como se colocam diante dessa identidade nacional. Justifica-se que, por muitas vezes, a data 7 de setembro é vivenciada pelos estudantes todos os anos sem a devida importância sobre este acontecimento, muito menos estes fatos estão ligados aos acontecimentos regionais e locais da região Nordeste, assim como da atualização para momentos atuais da História Nacional vivida pelos alunos.

Diante do exposto, o passo a passo do planejamento e execução do certame até sua etapa final de resultados propiciou ao público estudantil um estímulo às atividades culturais e históricas inerentes a todos os sujeitos pertencentes a Vitória do Mearim. Autores, como Silva e Fonseca (2010), destacam a escola no contexto social a partir das contribuições do ensino de História, o qual agregamos aqui o papel social da AV em propor a temática e a participação de todos os envolvidos:

A escola pode constituir um espaço democrático, onde diversas possibilidades de ensinar e aprender estão presentes. Nesse sentido, a concepção de História como disciplina formativa aponta para a construção de novas práticas e possibilidades metodológicas que potencializam, indicam outras relações educativas no ensino de História, desde o processo de alfabetização da criança nos primeiros anos de escolaridade. O professor não está sozinho perante os saberes. Ele se relaciona com alunos que trazem consigo saberes, valores, ideias, atitudes. A consciência histórica do aluno começa a ser formada antes mesmo do processo de escolarização e se prolonga no decorrer da vida, fora da escola, em diferentes espaços educativos, por diferentes meios (SILVA; FONSECA, 2010).

³ Texto integral disponível em: <https://m.facebook.com/academiavitoriense>

Como sinaliza Silva e Fonseca (2010), a escola não está sozinha no processo, o que entendemos como um espaço que foi explorado pela AV para fomentar saberes e atitudes, além da consciência histórica dos alunos, o que amplia o alcance de atuação da AV na formação cidadã dos vitorenses.

Entendemos que a iniciativa da ação da AV foi fundamental para que as escolas da Educação Básica envolvidas mobilizassem ações de intervenção didática e metodológica para que os alunos participassem e se envolvessem na ação. Aqui, também marca o protagonismo de jovens estudantes a representarem a AV como jovens produtores do conhecimento e divulgadores da cultura local, como orienta as DCTMA (2019).

A REALIZAÇÃO DO CONCURSO: a Independência do Brasil e a democracia no país

Podemos considerar este momento como o da execução do Projeto em suas diferentes etapas: **Os trabalhos inscritos: da elaboração e correção à premiação.**

Os trabalhos, ao serem escritos, tanto no gênero Prosa como os do gênero Poesia, deveriam considerar em seus textos os dois valores nacionais contemplados no tema do concurso, a saber, a independência e a democracia. Ao todo recebemos 93 (noventa e três) trabalhos inscritos, entre prosa e poesia, os quais passaram pela leitura dos membros da comissão, com mais de poesia do que de prosa, considerando que 76 (setenta e seis) trabalhos vieram de escolas municipais, principalmente do campo. Os inscritos não se identificavam com nomes, o que não dá para precisar aqui a quantidade de homens e mulheres ou com outro tipo de identificação que participaram do certame. Esses trabalhos envolveram um total de duas escolas particulares e as demais todas públicas, especialmente comunidades do interior de Vitória do Mearim, *locus* com maior adesão tanto de professores quanto de alunos.

O processo de leitura e análise da construção dos textos nos possibilitou selecionar cinco em cada gênero como os melhores pela comissão avaliadora e submetidos ao presidente da academia para apreciação e, posterior, premiação pela academia. Feitas as apreciações necessárias, foram considerados vencedores os estudantes que preencheram os requisitos do certame, sendo os 5 (cinco) melhores trabalhos no gênero prosa e os 5 (cinco) melhores no gênero poesia.

Cabe ressaltar, que em nossa análise dos textos, consideramos o que Freire (2002) defende em relação ao que deve ser observado na construção do conhecimento: a) a investigação, busca da realidade do educando para trazer os elementos da vivência para a

escola; b) a tematização, que analisa o que foi coletado para compreender a simbologia daquela cultura social e; c) problematização, que segundo o autor refere-se à busca entre educando e educador de uma visão crítica do construído por meio da pesquisa feita sobre a realidade.

Outrossim, podemos pensar a relação “professor - aluno” que se constrói e estabelece em sala de aula, flexibilizando-se a ideia de aprendizagem de forma “vertical”, na qual somente as ações do professor na transmissão do conteúdo eram o centro do processo de ensino, inibindo a participação dos estudantes, o que reflete bem a cultura hierárquica daquele que era o detentor da autoridade, o professor.

Coadunamos com Freire (2002), para quem o conhecimento ministrado em sala de aula é resultante do processo de diálogo entre os sujeitos desse processo, professor e estudantes que viabilizam discussões pautadas sobre sua aplicabilidade prática na vida cotidiana, em que os estudantes sejam capazes de intervir através da aprendizagem do conhecimento. Assim como, o autor coloca que a relação entre professor e aluno não fica restrita somente à transmissão do conteúdo, que a caracteriza como uma educação bancária, mas ao contrário, o professor que respeita e valoriza os conhecimentos e as experiências trazidas pelos estudantes, que favorecem uma relação de aprendizagem “horizontal” e dialógica.

Estas proposições coadunam com aspectos pontuados por Neidson Rodrigues (1985, p. 15):

[...] se o ponto de partida se acha na realidade vivida pelos educandos, eles, educadores, não poderiam ignorar essa realidade que os alunos vivem e conhecem, apesar desse conhecimento ainda estar no nível de “senso comum”, e portanto fragmentado, parcial e circunstancial. O processo educacional não pode ignorá-lo se deseja abrir a potencialidade do educando para conhecer, de modo organizado e crítico, essa realidade, bem como orientá-lo em ações concretas para transformá-lo.

A partir dessas proposições teóricas, nossa participação como avaliadores fundamentou-se na correção de itens essenciais para a seleção dos melhores trabalhos, tanto em prosa quanto em poesia, tendo como critério: atendimento do tema ao mote do concurso; a utilização da norma culta; articulação das ideias; proposições fundamentadas e discussões. Apesar desses critérios básicos, destacamos que essas produções partem de um conhecimento alusivo a realidade e limitações apresentadas por esses jovens, que vêm resignificando a forma de olhar o passado.

A DIPLOMAÇÃO DO ACADÊMICO JOVEM: discutindo as análises dos textos recebidos

A leitura de todos os textos nos possibilitou contemplar para premiação aqueles que traziam análises para além da data do 7 de setembro, tanto na prosa como na poesia.

Entendemos que a Literatura integra muitos campos do conhecimento. De acordo com Barthes, a literatura assume muitos saberes, pois todas as ciências estão presentes na literatura: “[...] a literatura faz girar os saberes, não fixa, não fetichiza nenhum deles; ela lhe dá um lugar indireto, esse lugar indireto é precioso. Por outro lado, ele permite designar saberes possíveis – insuspeitos, irrealizados: a literatura trabalha nos interstícios da ciência” (BARTHES, 1977, p. 17). Nesse sentido, por mais que o fato histórico e a literatura sejam colocados em lados opostos por utilizarem métodos distintos, os dois estão intimamente ligados, principalmente quando pensamos nos conhecimentos que a literatura mobiliza e como materializa em palavras fatos importantes para a sociedade.

Sobre o dado histórico, entendemos ser temática histórica local e do espaço vivido desenvolvida a partir de um estudo do meio, propiciado principalmente pelo apoio do docente, o que nos direciona para o disposto nos documentos oficiais como a BNCC, isto é, envolve uma metodologia de pesquisa e de organização de novos conhecimentos, que requer atividades de levantamento de questões a serem investigadas, seleção de informações, observação de campo, confrontação entre os dados levantados e os conhecimentos já organizados por pesquisadores, interpretação, organização de dados e conclusões. Possibilita o reconhecimento da interdisciplinaridade e de que a apreensão do conhecimento histórico ocorre na relação que estabelece com outros conhecimentos físicos, biológicos, geográficos, artísticos. Nessa perspectiva, o estudo sobre o Bicentenário envolveu um trabalho coletivo e interdisciplinar, que englobou a vivência e a compreensão de realidades específicas, a formação de conceitos e o desenvolvimento de habilidades necessárias à construção dos conhecimentos de História, assim como o resgate do fato histórico com o olhar crítico para a realidade vigente.

Dentre os textos que foram construídos como poesia, destacamos alguns fragmentos que trazem elementos significativos para além do 7 de setembro.

*Às margens do Rio Ipiranga,
Dom Pedro I gritou
O som da liberdade
Para todo o povo que encantou. [...]*

*Quando as oito mil assinaturas recebem,
Uma enorme felicidade o preencheu,*

| Sandra Regina Rodrigues dos Santos | Maria Francisca da Silva |

*Pois foi uma ação de todo povo que o acolheu,
Reverenciando quem o escolheu. [...]*

*Ao bicentenário chegamos,
E por muitos conflitos passamos,
Algumas mulheres ainda não têm voz,
E muitas coisas aceitamos. [...]*

*Minha nação querida,
Cabe a eu ressaltar,
O nosso querido país,
Há a necessidade de valorizar. [...]*

Percebemos inicialmente uma alusão do poeta ao fato ocorrido com a indicação do que se efetivou e o local e sua relação com aspectos que são aprendidos pela História de que o grito implica diretamente a liberdade dos brasileiros frente aos portugueses. Sinalizamos que há uma apreciação positiva em relação à ideia de Independência construída historicamente. Outra alusão poética foi a temática da imagem da mulher no contexto do bicentenário, trazendo uma discussão relevante e necessária no contexto da Educação Básica e tratada de forma poética pelo aluno. Tal discussão, inclusive, envolve o próprio poeta quando em alguns momentos usa a primeira pessoa, como na terceira estrofe a seguir, em que faz a transição passado presente “...chegamos...passamos...aceitamos...”. A primeira pessoa do plural implica o leitor envolvido junto com o poeta, o que reforça as afirmações e alusões propostas, um certo tom de tomada de responsabilidade por essas transformações ainda a serem efetivadas pelo povo brasileiro. Na quarta estrofe, o “eu” prevalece, assim, a primeira pessoa que retoma a fala poética e encaminha para finalizar o poema. Entendemos, ainda, como uma retomada da imagem da pessoa, assim como de cada cidadão se posicionar diante das mudanças necessárias.

Segundo Cosson (2009), a linguagem, a palavra e a escrita encontram na literatura o seu mais perfeito exercício. A literatura, para o autor supracitado, tem o poder de se metamorfosear em todas as formas discursivas, por isso, ela é rica em saberes que se iluminam a cada nova leitura. A experiência com a leitura literária nos permite saber mais sobre o mundo por meio da escrita do outro, da experiência do outro, por “[...] tornar o mundo mais compreensível, transformando sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente” (COSSON, 2009, p. 17).

Sob a visão de Luna Albuquerque, a autora pondera em seus versos:

*Há 200 anos,
O Brasil buscava mudança
Se libertando de Portugal,
Retirando sua aliança
Para o Brasil ter liberdade,
E os brasileiros, esperança. [...]*

*Depois de anos de lutas,
Veio o reconhecimento,
O Brasil está livre de todo aquele tormento,
Agora uma nova história
Seria contada com o tempo. [...]
Um dos problemas mais sérios
E enfrentados desde sempre
É a luta pela igualdade,
De não criticar o diferente
Mulheres, negros, pobres, LGBT's e deficientes. [...]*

O poema se organiza em um “eu” poético que analisa os fatos apresentados, se mantendo em terceira pessoa, colocando o “Brasil” como evidência e sujeito principal dos versos elaborados. Há uma relação intrínseca entre a ideia de liberdade e esperança expressa nos versos iniciais. O destaque aqui se apresenta no entendimento de que foram necessárias lutas para que uma nova trajetória fosse encaminhada. A relação com o presente se evidencia a partir da identificação dos problemas da sociedade com a igualdade entre os cidadãos, significando a importância de que outras lutas sejam travadas para que o “Brasil” tenha uma adesão efetiva ao que considera diferente dentre os grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Sobre a relação passado/presente, corroboramos com Antonio Candido (2004), que concebe a literatura como uma forma de conhecimento e como força humanizadora, pois a literatura é uma experiência a ser realizada, que nos toca, nos comunica algo e possibilita o encontro com o outro e com nós mesmos. Humaniza-nos à medida que nos torna mais compreensivos e abertos para sociedade.

Assim versa o estudante Zikmanito, sobre este período da sociedade brasileira:

*Dom João chamando Pedro
Para Portugal voltar
Mas com o apoio do povo
Decidiu que ia ficar
E com palavras nobres
Disse que ali era seu lugar. [...]
Ao chegar à colônia
A tropa seguia forte
E na metade do trajeto
Apareceu Dom Pedro em seu porte
E em alto e bom sim, gritou
“Independência ou morte”.*

*Mas hoje em dia
Tem muita coisa a pensar
O que aconteceram com o País?
O que aconteceram com o nosso lar?
O que a nação quer?
E o que ainda vai mudar?*

*Onde está, deste País, a independência?
Quem por nós, tem o comando?
O povo segue batendo continência
Uma nova ideia se formando*

*O Brasil em decadência
Com as leis mudando.*

*Com seus direitos, seus domínios, no semblante
A idiotizada gratidão aos seus feitores
Quem é livre nesse teatro ilusório?
No lugar de paz, riquezas e harmonia
O Brasil com criminalidade, corrupção, sem economia
Do grito da independência, à atual democracia. [...]*

*O que mesmo o cidadão idolatra?
A data 7 de setembro só passa
A independência segue desaparecida
Camuflada e obstruída
Morre nossa esperança
Ou morre nossa própria vida?*

O poema se apresenta com jogos de rima interrogativas que levam o leitor constantemente a se questionar, fato não apresentado nos poemas anteriores. O eu lírico se apresenta além de questionador um certo pessimismo em relação a ideia de independência, fato retratado em vocábulos “decadência, desaparecida, camuflada, obstruída, morre a esperança”. Evidencia também uma alusão entre independência e uma liberdade ilusória sem aplicação para a vida brasileira. Nessa linha de argumentação, relaciona as dificuldades, a falta de ordem, a resultados como criminalidade, corrupção, sem economia. Tal poema traz uma linha de discussão mais ampla sobre como a sociedade entende a independência, não como um fato que tenha impactado em mudança para a sociedade, mas como posicionamentos políticos de dependência da sociedade a uma minoria que comanda o poder político e econômico no país, o que traz uma perspectiva de pessimismo quanto à democracia e o bem social para a sociedade brasileira.

Lajolo (2009) afirma que no texto inscrevem-se elementos que vêm de fora dele, e o autor e leitor não são sujeitos individualizados, pelo contrário, são atravessados pela história: “[...] pela história coletiva que cada um vive no momento respectivo da leitura e da escrita, e pela história individual de cada um; é na interseção destas histórias, aliás, que se plasma a função autor e leitor” (LAJOLO, 2009, p. 104). Essas histórias nos atravessam a partir das relações e trocas de aprendizagens em sociedade, na universidade e na escola, e pelo fato de a leitura ser um espaço dialógico que se materializa em práticas sociais.

Considerando o público do Ensino Fundamental, entendemos que há uma visão crítica sobre as questões, o que sinaliza um trabalho numa perspectiva progressista e crítica do fazer educação tomando por base não a aceitação das afirmativas postas, mas a constante busca por questionar a realidade e buscar novos encaminhamentos para a mudança.

Sobre as escritas, a literatura ocupa um lugar privilegiado no que diz respeito à formação de leitores e escritores, pois a literatura conduz ao domínio da palavra por meio de outras palavras, é um instrumento muito importante no processo de formação, tanto cultural como social do indivíduo, e revela-se como prática fundamental na construção do sujeito leitor.

Destacamos ainda que, a literatura é um meio de compreender melhor o mundo que nos cerca, agindo no sentido de desenvolver a sensibilidade e inteligência dos leitores, habilitando-os para uma leitura mais abrangente do mundo, pois, como aponta Cosson (2009, p. 16), “[...] a literatura é plena de saberes sobre o homem e o mundo”.

As poesias elaboradas pelos estudantes não se resumem apenas em rimas, mas na construção dialógica do passado com o presente instigando-nos a refletir sobre a realidade vivida, ao longo desses 200 anos de país independente.

Sobre os textos construídos como prosa é importante ressaltar que, os mesmos contemplam um olhar mais crítico sobre o mote proposto para o concurso, permitindo-nos uma análise e constatação de que de fato os estudantes da escola básica do Ensino Fundamental trazem contribuições significativas sobre o processo de Independência para além do 7 de setembro.

Sobre o dado histórico, destacamos que, ainda se percebe nas referências a D. Pedro I como uma figura importante. Indiciam, portanto, que a cultura escolar continua a trabalhar com o protagonismo do imperador, enquanto deixa de lado diferentes faces do passado que já são trabalhadas tanto em estudos historiográficos, como pelos livros didáticos: a participação das mulheres pela figura de Maria Quitéria e as lutas de independência são exemplos do que poderiam ter surgido nas escritas dos alunos que ficou apagada.

Nesse sentido, destacamos neste artigo, três textos que consideramos que melhor atendem às indicações do Edital N° 01/2022-Dir/AV, que trata do concurso.

O texto elaborado por B.K., que traz como título “Somos independentes?”, ao propor um título de forma interrogativa, seu autor busca caracterizar este fato histórico atrelado ao momento presente.

De 1822 até 2022 aconteceram diversas mudanças, tanto políticas, como sociais e econômicas, que continuaram influenciando o povo brasileiro com a busca mais profunda da independência. Porém, com todos esses anos que se passaram, com todas as mudanças ocorridas durante esse tempo, uma coisa ainda permanece de pé até os dias de hoje, [que] o desejo de liberdade. [...] O grito de independência já foi dado, agora é a hora de realmente começarmos a buscar a nossa verdadeira independência, que acontecerá primeiramente quando exilarmos tudo de detestável que está presente na política brasileira, os silenciadores de muitas vozes que desejam impor suas opiniões. Que neste bicentenário da independência possamos fazer ecoar de nossas gargantas um grito mais alto do que aquele que foi dado às margens do Ipiranga.

O excerto da argumentação demonstra um engajamento do autor, quando utiliza a primeira pessoa do plural para se inserir e, ao mesmo tempo, coloca o leitor como promotor da mudança do país se de fato se engajar nas preocupações políticas. Conclama a uma ação mais efetiva para que mudanças expressivas sejam executadas para melhoria do povo brasileiro.

O autor L. M. Brito, em seu texto, discute as questões da independência, atrelando alguns aspectos com o que se vivencia no Brasil como país democrático, conforme expressos nos fragmentos abaixo:

O período de dependência do Brasil começa quando inicia o processo de dominação da elite portuguesa sobre os povos indígenas presentes em nosso território. Essa dominação se dá pela imposição da cultura e da religião para que possa ter sucesso e direcionar a economia brasileira para o capital estrangeiro. O país não tinha direito à liberdade econômica e à democracia. Portanto sendo algumas das razões que levaram à luta do Brasil por sua independência. [...] Porém, o que muitos não sabem é que no ponto crucial do período da independência, a Imperatriz Maria Leopoldina ajudou muito seu esposo D. Pedro na tomada de decisão tão importante. No momento em que D. Pedro se encontrava em São Paulo buscando apoios, D. Leopoldina assumiu como regente, sendo a primeira mulher a governar o Brasil. Nesse período, ela toma frente em reuniões juntamente com José Bonifácio, além de firmar contato com grupos como “patriotas brasileiros”, parte da elite que defendia a liberdade econômica. [...] Portanto, o conhecido grito do Ipiranga dado pelo príncipe regente Pedro em 7 de setembro de 1822, e conseqüentemente consagrado pela historiografia como o marco da independência [...] Na trajetória da civilização, o regime democrático se destaca por abrigar a instabilidade e permitir o conflito de ideias. Na qual se conquista com a luta, e não com a violência, o objetivo da democracia é a convivência. As linhas básicas da democracia segundo o sociólogo Manuel Castells são: Respeito aos direitos, liberdade de associação, reunião e expressão. [...] Na verdade, a independência do Brasil é muito importante para o nosso país, [...] No entanto, os fatos históricos não provocaram a necessária ruptura social no Brasil. Os mais pobres eram poucos envolvidos, e a escravidão exacerbou ainda mais a desigualdade social. Séculos de má educação tornaram isso possível. Não podemos justificar este debate sem educação real. Como disse Stephen Holmes, a democracia não é apenas o governo da maioria, mas antes de tudo o governo responsável pela discussão política.

O aluno ao discorrer sobre suas impressões sobre a visão da independência questiona o não enfrentamento do povo conclamando pela independência, mas destaca seu pouco engajamento nas decisões políticas que inferem diretamente na vida de toda a sociedade. A alusão ao autor Holmes, sobre a democracia, infere sobre a importância do leitor de se envolver mais com os fatos e decisões políticas para não repetir os feitos passados, o que sinaliza a relação passado/presente.

A frase sublinhada realça um ponto interessante – “patriotas brasileiros”. Esta palavra esteve recentemente em voga no cenário político e é um termo que, no século XIX, designava em determinados contextos aquela elite que defendia seus interesses econômicos, o que de certa forma traz uma similar compreensão com a defesa assumida pelas atuais elites. Ampliando o debate, segundo Carvalho (2002), o termo “patriotas brasileiros” foi um construto no Brasil de identidade local, especificadamente em 1817, e para este autor

houve a manifestação do espírito de resistência dos pernambucanos, no qual falava-se em “patriotas” e não em “cidadãos”. Segundo o autor, o patriotismo era mais pernambucano do que brasileiro, isto é, a identidade pernambucana fora gerada durante a prolongada luta contra os holandeses, no século XVII. Entendemos e corroboramos com Carvalho (2002) de que, as guerras são poderosos fatores de criação de identidade, assim como o poder das mídias o faz atualmente no sentido de produzir identidade política para o termo “patriotas brasileiros”.

No texto escrito por Madu Ferreira, com o título “Os 200 anos de Independência e a Democracia no Brasil”, também podemos ressaltar alguns pontos relevantes:

A independência do Brasil foi proclamada em 7 de setembro de 1822 com o grito às margens do rio Ipiranga, porém este fato está relacionado diretamente à uma série de acontecimentos, que não aconteceram de forma pacífica e nem acordada.[...]

Com fins de tornar o Rio de Janeiro e as demais localidades brasileiras um local apto para a corte, foram construídos pontos culturais e instituições, assim tornando-o uma parte significativa integrante do reino português, não mais somente uma colônia. Em 1815, houve o congresso de Viena quando Napoleão foi derrotado, levando as grandes monarquias que tinham perdido o poder começarem a se restabelecer. Por conta disso, não havia mais motivos para a família real continuar no Brasil, porém D. João decidiu permanecer e elevar o país a condição de reino, enquanto Portugal passou a chamar-se Reino de Portugal, Brasil e Algarves.

Apesar dos avanços, a presença ativa portuguesa no Brasil gerou conflitos levando ímpetus revolucionários se desenvolverem, como a revolução Pernambucana de 1817. Porém tudo mudou quando se deu início, em 1820, a revolução liberal do porto.

Essa revolução aconteceu em Portugal que enfrentava um dos momentos mais caóticos em sua sociedade, grandes crises econômicas e políticas vinham acontecendo, além de haver grande insatisfação pela liberdade conquistada pelo Brasil durante o período joanino. Então, as cortes portuguesas passaram a exigir que Dom João retornasse à Lisboa, como também exigiram que o monopólio comercial fosse restaurado e que o território brasileiro voltasse a ser uma colônia.

A aluna escreveu com referência aos textos históricos, o que confere um sensível trabalho de leitura e compreensão do momento histórico para elaboração de seu próprio manuscrito. Tal ação implica o trabalho efetivo da escola com a leitura e discussão de tais temáticas, buscando a formação do leitor crítico e que saiba buscar as informações, conferindo as competências e habilidades necessárias para leitura/compreensão/escrita.

O destaque para esses trechos do texto trazem a concepção do que a historiografia do século XIX contemplava para o ensino de História, a concepção de um sentimento “nacionalista” que antecede a criação do Estado, ou seja, são reproduzidas as ideias afirmativas de uma identidade nacional enquanto “unidade territorial”.

Por sua vez, as produções de prosa contêm mais conteúdo crítico, mas ainda repetem ideias de histórias típicas de uma cultura historiográfica tradicional, como a ideia de permanências em detrimento de rupturas, e o domínio português como motivo principal

para a busca pela liberdade. A última redação citada apresenta um olhar sobre a história da Independência a partir dos acontecimentos do Atlântico Norte, perspectiva de recentes produções historiográficas. Nesse sentido, a constatação do texto de que a escola teve papel crucial no trabalho com os alunos é plausível. De fato, esse é o único momento em que a cultura escolar é trabalhada à luz da historiografia, o que é um ganho para o texto. Por sua vez, também sabemos que não apenas os trabalhos historiográficos e o livro didático influenciam a cultura histórica de alunas e alunos. Por isso, sinalizamos que seria interessante investigar essas concepções culturais e seu impacto na formação do pensamento histórico individual, o que abre novas perspectivas de pesquisas dessa natureza.

O contexto de realização do concurso deixou evidenciado o papel da escola enquanto instituição que visa o processo de formação do aluno, o que implica no princípio de formação crítica do educando, estabelecendo conexões com o protagonismo de suas ações na busca de transformações das desigualdades e contradições sociais.

A escola sob uma perspectiva de educação progressista desempenha uma função social ao promover conhecimentos sistematizados que possibilitem subsídios para a emancipação do sujeito. Pensando que a educação progressista se pauta na transformação da realidade em que o sujeito está inserido, com intencionalidade na mudança do *status quo*, desvincula-se da concepção de moldar o aluno aos ditames da sociedade e da lógica de inserir uma mão de obra no mercado sem reflexão crítica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da efeméride alusiva ao bicentenário da Independência, se fez necessário pensar em ações que buscassem inserir os jovens nos espaços de discussões acadêmicas, valorizando as suas contribuições e suas formas de pensamento. Visto que a Academia Vitoriense, ainda que apresente em sua formação uma identidade seletiva e erudita, as contribuições de um novo público dentro desses espaços agregam para o fortalecimento da identidade vitoriense.

As produções aqui analisadas, conforme havíamos destacado inicialmente a perspectiva de Rodrigues (1985), apontam para uma inserção dos estudantes em questões pertinentes sobre o Brasil e sua sociedade, de modo a refletir sobre como foi o passado e o que se pode esperar para o futuro com base na intervenção direta de cada cidadão e cidadã. Tal inserção só foi possível com a ação da Academia Vitoriense que possibilitou o engajamento de docentes e discentes na empreitada de refletir e produzir a partir do fato

histórico. Retomamos Freire sobre a necessidade de ensinar com foco na pesquisa, para anunciar a novidade, neste caso específico, tivemos acesso à releitura sobre as efemérides por jovens vitorienenses que atualizaram o presente a partir dos fatos passados.

Nossos resultados apontam para produções discentes que ainda retratam um ensino de História que se centra em questões pontuais da formação histórica do Brasil, mas com criatividade e criticidade se percebe uma inserção de discursos que questionam a realidade e encaminha para formação crítica e emancipadora.

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Editora Cultrix, 1977. p. 7-45.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. In: _____. **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004. p. 169-191.

CANTANHEDE, 2022. **Documentos do Concurso e diálogos sobre o evento**. Vitória do Mearim: 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 24-25.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2009. p.16-19.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2002. p. 21-35.

LAJOLO, M. O texto não é pretexto. Será que não é mesmo? In: ROSING, T. M. K.; ZILBERMAN, R. (Org.). **Escola e leitura: velha crise, novas alternativas**. São Paulo: Global, 2009. p. 99-112.

MARANHÃO. **Documento Curricular do Território Maranhense: para a educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2019. Disponível em: <<https://www.educacao.ma.gov.br/conheca-o-documento-curricular-do-territorio-maranhense-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental/>>. Acesso em: 09 fev. 2023.

RODRIGUES, Neidson. Educação e política. **Rev. Pontos de Vista**, Brasília, ano 4, n. 26, 1985.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SILVA, Marcos Antônio da; Fonseca, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 11-31, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/BNrRjXq9PSpHSvJYRmf83hS/>>. Acesso em: 10 ago. 2023.

Como citar:

ABNT

SANTOS, S. R. R.; SILVA, M. F. O processo de construção do Império brasileiro: a Independência do Brasil e o olhar da escola básica para além da data de 22 de setembro. **InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.28, 2023. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.28>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

APA

Santos, S. R. R., & Silva, M. F. O processo de construção do Império brasileiro: a Independência do Brasil e o olhar da escola básica para além da data de 22 de setembro. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 9, n. 03 (ed. esp.), e2023.28, 2023. Recuperado em 26 dezembro, 2023, de <http://dx.doi.org/10.18764/2446-6549.e2023.28>



This is an open access article under the CC BY Creative Commons 4.0 license.
Copyright © 2023, Universidade Federal do Maranhão.

